

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR
COMISSÃO: POLÍTICAS SOCIAIS
DATA: 01/06/2023

Composição da comissão:

Titular – Ticyana Paula Begnini SEDEF (DPSB)	Presente
Suplente – Magali Socher Luiz SEDEF (DPSB)	Presente
Titular – Ana Caroline Pedroso de Almeida IDR	Presente
Suplente – Miriam Fuckner IDR	Presente
Titular – Michele Cristina Ribeiro SEDEF (CPP)	Presente
Suplente – Everton de Oliveira SEDEF (CPP)	Presente
Titular – Karina Keli dos Santos Valim Entidades (<i>Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais / Ribeirão do Pinhal</i>)	Presente
Suplente – Mayara de Felipe Santos Entidades (<i>Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais / Ribeirão do Pinhal</i>)	Presente
Titular – Eliciane Costa Cordeiro Usuários SUAS (<i>Macrorregional de Curitiba / Paranaguá</i>)	Presente
Suplente – Aline Gomes dos Santos Usuários SUAS (<i>Macrorregional de Curitiba / Paranaguá</i>)	Presente
Titular – Renann Ferreira Trabalhadores (<i>Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Foz do Iguaçu</i>)	Presente
Suplente – Carla Giselle Duenha de Souza Trabalhadores (<i>Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Foz do Iguaçu</i>)	Presente

Convidados: Keity Cruz, Valeria Evencio e Daniele Vieira – Centro de Apoio da Assistência Social do Ministério Público Estadual; Elaine Scantamburlo; Ana Taverna; Eduarda Moura; Leandro Telles; Leonardo Ferreira – CPAS/SEDEF.

Relatora: Ticyana Paula Begnini

Apoio Técnico: Magali Luiz

Coordenador: Karina Keli dos Santos Valim

Participarão da Live como palestrantes:

- Mariana Isabela de Barros – Experiência do Diagnóstico do trabalho infantil no município de São José dos Pinhais.
- Thais do Prado Dias Verilho – Experiência do Diagnóstico do trabalho infantil no município de Ponta Grossa
- Renann Ferreira – Aprendizagem Profissional
- Patricia Cavichiolo Tortato – Mediação. **A divulgação será realizada de modo on-line.**

Pauta Permanente

2. Panorama dos Principais temas trabalhados pela comissão durante o ano para ciência e continuidade dos trabalhos pela próxima gestão;

RELATO: A proposta deste item é ofertar à nova gestão o cenário atual vivenciado na comissão, bem como deixar claro e evidente quais são as pautas que necessitam avançar.

A Comissão teve como pauta permanente nos últimos 12 meses:

- Programa Federal de Transferência de Renda;
- Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Benefício de Prestação Continuada;
- Demandas previdenciárias (parcialmente);
- Regionalização de serviços da Proteção Social Especial de alta complexidade (parcial).

Parecer da Comissão: Ciente.

Parecer da Comissão: Ciente.

Pautas temporárias

1. Planos de Providência e Planos de Apoio do Governo do Estado;
2. Acompanhamento dos serviços, programas, projetos da Política Estadual de Assistência Social, como por exemplo o AEPETI, BPC, Demandas previdenciárias nos Centro de Referências de Assistência Social, Serviços de Acolhimento, entre outros, definindo na comissão um cronograma para acompanhamento.

Parecer da Comissão: Como pauta temporária identificou-se diversas denúncias referente a execução da política de assistência social nos municípios do Paraná, como: redução de carga horária, fechamento temporário, ausência de equipe de referência dos equipamentos de assistência social e a oferta de serviços em desconformidade com as diretrizes técnicas. Além disso, ocorreu apresentação da execução ou panorama de serviços, benefícios socioassistenciais e programas, bem como relatórios referente a recursos humanos da política de assistência social no Paraná, Cadastro Único, Programa Bolsa Família (PBF).

Parecer do CEAS: Ciente. Acompanha o encaminhamento da comissão de Financiamento ponto 1.

2.1 – Programa Bolsa Família (PBF)

2.1.1. Seminários Microrregionais Intersetoriais de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

Aos CMAS, destacando a importância da participação, ressaltada no Ofício Circular nº 01/2023-CEIPBF aos gestores municipais, entre outras estratégias de divulgação e sensibilização via e-mail e ligações telefônicas e contato via WhatsApp, das 72 vagas ofertadas aos Conselheiros, houve a inscrição de 30 conselheiros de 25 municípios, sendo 18 conselheiros governamentais e 12 conselheiros da sociedade civil, destes 3 representantes de entidades, 7 representantes dos trabalhadores e apenas 2 representantes de usuários do SUAS.

Os conselheiros discutiram ainda que a baixa participação dos conselheiros municipais ocorreu no ano passado e denota um perfil de participação neste tipo de evento técnico operacional, bem como exige do CEAS uma maior mobilização tendo em vista que a pedido deste conselho, foi ampliado o número de eventos para garantir as vagas aos CMAS's.

Parecer da Comissão: Encaminhar a pauta para a próxima reunião da Comissão de Acompanhamento dos CMAS's.

Parecer do CEAS: Encaminhar a pauta para a próxima reunião da Comissão de Acompanhamento dos CMAS. Com sugestão de ofício nominal aos municípios que não participaram nas macrorregionais realizadas, questionando acerca dos motivos da não

participação e solicitando a composição da comissão municipal de acompanhamento do PBF.

2.2. Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI;

A Divisão de Proteção Social Especial informa que dia 12 de junho de 2023, as 14hs ocorrerá a Live em alusão ao Dia 12 de Junho – Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, com a temática: **“Dialogando com o SUAS: Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil – Falando sobre Diagnóstico e Aprendizagem”**. A Coordenação Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família informou que realizou na data de 29 e 30/05/2023 o seminário na macrorregião de Curitiba, com a inscrição de 150 pessoas. Contudo, relata a baixa adesão dos Conselheiros Municipais, apesar do Ofício Circular nº 75/2023-CEAS/PR encaminhado **“nóstico e Aprendizagem”**

A escolha do tema se dá pela importância do diagnóstico, previsto nas Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI), que visa a identificação das vulnerabilidades e riscos sociais e o mapeamento do trabalho infantil no território, para o planejamento das ações e aprimoramento de fluxos e protocolos. Por outro lado visa trazer a Aprendizagem como estratégia de prevenção, enfrentamento e superação do trabalho infantil, conscientizar sobre a necessidade de programa de aprendizagem para a garantia dos direitos dos adolescentes com a sua manutenção na escola aliado a qualificação profissional.

Parecer da Comissão: Ciente.

Parecer do CEAS: Ciente.

2.3. Benefício de Prestação Continuada – BPC;

Retirado de pauta.

Parecer da Comissão: Ciente.

Parecer do CEAS: Ciente.

2.4. Protocolo 19.652.832-6 – Demandas Previdenciárias nos Equipamentos do SUAS;

A comissão discutiu quais seriam os principais pontos a serem incluídos no Ofício a ser encaminhado ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (superintendência região Sul). Bem como, nos ofícios dirigidos à Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – seção Paraná e Defensoria Pública da União.

Parecer da Comissão: Encaminhar ofício ao INSS ressaltando a demanda de apoio às famílias de acesso a direitos previdenciários e o BPC presente nos equipamentos CRAS e enviar o questionário que demonstra a demanda, a qual prejudica o funcionamento das ações pertinentes à assistência social, considerando a ausência de acesso ou dificuldade tecnológica referente às solicitações via aplicativo, mediante a ausência de agências em alguns municípios e limitação no atendimento presencial. Além disso, questionando sobre o número de solicitações de BPC que aguardam análise, média de tempo para análise, ações de apoio às famílias para solicitações do BPC e outras demandas previdenciárias, número de BPC's cancelados no Estado do Paraná decorrente da falta de cadastro único e os municípios paranaenses que tem termo de cooperação técnica com o INSS. Oficiar a OAB – seção Paraná e Defensoria Pública da União considerando a participação na reunião desta comissão no mês de outubro de 2022, quando foi discutida a temática e o recebimento da pesquisa realizada pela DPSB/SEDEF junto aos CRAS sobre as demandas previdenciárias, se posteriormente foi adotada alguma medida, se tem novas informações sobre esta demanda, bem como sugestões de estratégias conjuntas que

poderão ser adotadas para abordar a problemática. Oficiar a SNAS questionando quais são as medidas que estão sendo adotadas considerando a violação de direito das famílias quanto a solicitação do BPC, tendo em vista o fechamento de agências do INSS, as dificuldades para o atendimento via aplicativo, bem como, a sobrecarga nos serviços da PSB devido ao tempo dispensado pelas equipes no apoio das famílias na solicitação de benefícios previdenciários; indagar o número de solicitações de BPC que aguardam análise no Paraná, média de tempo para análise, ações de apoio às famílias para solicitações do BPC, número de BPC's cancelados decorrente da falta de cadastro único. Oficiar o CNAS questionando como este vem acompanhando as discussões referente a sobrecarga nos serviços da PSB devido ao tempo dispensado pelas equipes no apoio das famílias na solicitação de benefícios previdenciários, a violação de direito das famílias quanto a solicitação do BPC, tendo em vista o fechamento de agências do INSS, as dificuldades para o atendimento via aplicativo. Estabelecer um prazo de resposta de até 30 dias, após o recebimento.

Parecer do CEAS: Aprovado o envio dos ofícios com as informações solicitadas no parecer da comissão. Encaminhar a pauta do INSS enquanto proposta para compor o levantamento a ser realizado pela comissão de acompanhamento aos CMAS, de propostas relevantes para envio à Conferência Nacional em parceria com o FONACEAS